

# DA UTOPIA À DESCRENÇA: OS ITINERÁRIOS DAS PERSONAGENS DE *A GERAÇÃO DA UTOPIA*, DE PEPETELA

Rodrigo Valverde Denubila<sup>1</sup>

“Esse romance não é uma resposta a nada. Apenas uma estória sobre uma geração que fez a independência de Angola e não soube fazer mais”  
(PEPETELA, 2009, p.42).

Quando pensamos nas literaturas de língua portuguesa, não só as africanas, mas em especial essas, o nome de Pepetela – pseudônimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos – figura entre os grandes. Confirma-o a outorga do Prêmio Camões, em 1997, que coroou sua vasta obra, composta por romances históricos, satíricos, infanto-juvenis, além de ensaios e peças teatrais. Em *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Pires Laranjeira (1995, p.144) acentua que o autor de *Mayombe*, obra publicada em 1980, uma das mais importantes dentro do conjunto do autor, é “um dos mais importantes narradores angolanos e dos PALOP<sup>1</sup>”.

Tal afirmação, que localiza a produção pepeteliana no centro da cultura lusófona, exige, para ser compreendida, um exame do movimento entre ficcional e histórico, artifício característica do procedimento pós-colonial e relevante para o entendimento da produção literária de autores africanos. Essa dinâmica busca a historicidade textual, visto que “a imagem do país continua a construir-se com o subsídio da literatura” (MATA, 2012, p.15). Foi atribuída à literatura, principalmente, das décadas de cinquenta e sessenta, a missão de construção de uma nacionalidade, de uma angolanidade, mas também de uma estética nacional. A esse respeito, a estudiosa faz, em diferentes momentos, considerações complementares:

Assim, hoje, no caso da literatura africana (e o singular, aqui, não intenta homogeneizar mas generalizar), cada vez mais se vem reconhecendo que a leitura literária carece de contextualização histórica, sociocultural e até antropológica para que a crítica de obras concretas não resulte em mais um produto

---

\* Doutor em Letras pela UNESP – Araraquara.

<sup>1</sup> Sigla para países africanos de língua oficial portuguesa. Sabemos que muitos africanistas não aceitam essa designação pelo fato de ela ainda marcar a presença do colonizador que impôs a língua portuguesa frente às línguas crioulas. A despeito disso, a utilizamos nesse ensaio por questão de praticidade.

discursivo tradicionalmente voltado para a consolidação da hegemonia canônica do Ocidente. (MATA, 2013, p.39)

Estou, pois, convencida do lugar sociológico das literaturas africanas nas sociedades em que se produzem: um saber através do qual verdades únicas são contestadas – e, porventura, o saber mais eficaz neste campo, numa sociedade espartilhada por guerras prolongadas devido a intolerâncias de toda a ordem. Mais evidente se torna para mim o facto de que, pela literatura, se chega também ao processo histórico e à narrativa historiográfica em espaços em que a reflexão se processa, não raramente, pela “via oblíqua”. (MATA, 2012, p.30).

Nessa última sentença, o passado colonial está a ser evocado e contra ele – mas não apenas contra ele – parte significativa do conjunto literário pepeteliano arquitetou-se. Embora o colonialismo procure negar o direito das nações africanas à História, impedindo sua difusão, não há como impossibilitar sua existência, de modo que, nesse contexto, as literaturas africanas cumprem um papel sociológico relacionado à reflexão sobre uma estética própria dos autores angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, são-tomeenses e guineenses que fuja do paradigma colonial e sobre sua própria História.

O texto é literário, logo, deve ser visto em suas especificidades estéticas; todavia, ele também recebe, de muitos autores, uma função além da fruição estética. O questionamento, logo, é este: como a obra funciona além de sua textualidade? As literaturas africanas lusófonas, principalmente, a partir do final da década de 1940, no caso de Angola, tornam-se local de contestação de monofonias e de escrita (e invenção) da História de nacionalidades à medida que conceitos como identidade e pan-africanismo se intensificam, assim como guerras de independência começavam, no caso de Angola, em 1961. Em razão disso, os anos 1948 a 1961 são fulcrais para a “*formação* da literatura, enquanto componente imprescindível da consciência africana e nacional” (LARANJEIRA, 1995, p.37; grifo do autor).

Era necessário constituir a imagem de um país e os escritores, alguns, inclusive, guerrilheiros, principalmente, das décadas de cinquenta e sessenta do século vinte, colocaram-se a missão de conseguir a liberdade territorial, política e ideológica alcançada em 1975. Durante séculos os territórios africanos foram considerados “portugueses” (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe eram considerados espaços europeus em África e não territórios autônomos): “Desde o início, Portugal, assim como a França, considerou suas colônias não como colônias mas como províncias portuguesas de além-mar” (BOAHEN; SURET-CANALE, 2011, p.219). Isso quer dizer que, até 1975, Portugal não reconhecia as identidades existentes naqueles territórios.

Se as províncias africanas eram territórios portugueses afastados da colônia, então, teoricamente, não existia a sensação, por mais que ela fosse gritante, de uma africanidade do espaço, ou melhor, de africanidades, visto que, quando se trata da África, o plural é quase sempre imperativo categórico. Igualmente necessária é a percepção dos muitos grupos étnicos formadores das angolanidades – bakongos, ngangelas, hereros,

tchindongas – característica que dificulta a constituição de um espaço territorial supostamente homogêneo. Isso, semelhantemente, fomenta uma literatura plasmada como “instância suficiente para a discussão dessa nova perspectiva literária do país, a pensar-se nação moderna e necessariamente plural” (MATA, 2012, p.16).

Igualmente importante é como essa escolha foi trabalhada estruturalmente por Pepetela. De acordo com Inocência Mata (2009, p.200 e 2001) a “pulverização de vozes e perspectivas” conduz à “relativização do olhar”. Essa estratégia discursiva e estrutural dinamiza o movimento narrativo de *A geração da utopia*, mas também de *Mayombe* e *A gloriosa família*, quer pela multiplicação de vozes narrantes, quer pela aceitação da limitação do ponto de vista.

Cumprir pensar, dessa forma, dinâmicas coloniais, mas também angolanas/africanas que desembocam na crítica do escritor e, por conseguinte, na maneira como a poética do autor constitui-se com base em crítica social e (re)escrita da História, conforme destaca Tânia Macêdo (2009, p.295): “As marcas da história nas trilhas da ficção de Pepetela, bem como a presença de um questionamento corajoso a aspectos da conjuntura sociopolítica de seus países, podem ser acompanhadas ao longo de toda a produção literária do autor”. Nessa sentença, os aspectos guias de nossa leitura crítica de *A geração da utopia* apresentam-se de forma sintetizada.

Pela lógica colonial, segundo a qual os territórios africanos eram europeus, as poucas escolas construídas nas colônias africanas por Portugal ensinavam a História portuguesa. Mais do que colonizar e explorar espaços, doutrinavam-se espíritos, politizava-se o pensamento. As práticas e discursos colonialistas evidenciam que “a narrativa não é apenas um instrumento de ideologia mas o próprio paradigma de ideologização dos discursos em geral” (MATA, 2009, p.195). Nesse sentido, é significativo o caso de Castro Soromenho, autor de *Terra morta*, como o primeiro autor a declarar-se angolano, em 1949.

Em razão desse contexto, Pepetela, nos seus tempos de escritor/combatente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido fundado em 1965 e que ascende ao poder em 1975, é um dos primeiros intelectuais a escrever a História da Angola. Eis alguns dados bibliográficos do romancista, de acordo com Pires Laranjeira (1995, p.144):

Em 1958, foi estudar para Lisboa, passando a intervir na CEL, colaborando nas suas publicações. Com a luta armada de libertação nacional (1961), um ano depois (1962), segui para o exílio em França, acabando finalmente por ficar mais um tempo na Argélia, que, entretanto, acedera à independência, precisamente através de uma guerra de libertação nacional. Aí formou-se em Sociologia e, no Centro de Estudos Angolanos que os nacionalistas haviam instituído, dedicou-se a escrever, com Costa Andrade e Henrique Abranches, para o MPLA, uma *História da Angola*, numa perspectiva resumida e revolucionária.

Essa informação delimita o fato de o autor ser um dos responsáveis, um dos cultores da construção discursiva da identidade angolana sem, contudo, defini-la, conso-

ante o próprio autor: “No fundo, todos procuramos isso. O que é isso? Um conceito abstracto. Tenho a impressão que ninguém sabe muito bem o que é. No fundo, não conseguimos até hoje teorizar, definir o que é isso de angolanidade” (PEPETELA, 2009, p.39). Eis o plural tipificador da África aparecendo de forma velada nas palavras do autor angolano. Vale ressaltar que o sufixo /idade/ delimita tanto uma reflexão de cunho estético, quanto existencial. Mia Couto (2005, p.79), autor moçambicano de grande projeção internacional, reverbera ideia similar à de Pepetela: “Entre o pessimismo absoluto e o optimismo cauteloso os retratos do continente se avolumam. Publicações diversas e extensos relatórios são produzidos para responder a qualquer coisa que, afinal, é irrespondível: “O que é África?”. Contudo, apesar das abstrações, das indefinições predicativas taxativas, passa-se a História a limpo quando se buscam e descortinam-se silêncios e silenciados.

Escrever a História de um país significa criar a narrativa de uma cultura, de um povo, mesmo que esse tenha sido “artificialmente” construído para impor “*processos de subjetividade*” (BHABHA, 1991, p.178). O processo colonialista foi responsável pela criação e delimitação geográfica do que hoje é conhecido por Angola. Na Conferência de Berlim, entre os anos 1884 e 1885, quando o continente africano foi “oficialmente” dividido, partilhado entre Portugal, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Espanha, França, Alemanha, entre outros, diferentes etnias foram agrupadas dentro de um espaço territorial com base na divisão europeia e essa inclusive foi, em grande parte, mantida após as independências.

Os Estados africanos pós-coloniais aceitaram as formas herdadas do período anterior, concebendo os territórios e fronteiras, as estruturas do Estado e as formas de administração do mesmo modo que as potências colonialistas ocidentais. Não levaram em conta as divergências étnicas ou étnico-religiosas, nem a influência dos poderes locais, controlados pelos chefes tradicionais. Estes continuaram a representar uma forma de poder paralelo, com respaldo da população. (MACEDO, 2015, p.168).

A Conferência de Berlim representa o estopim da inferiorização dos 30.343.511 km<sup>2</sup> da extensão territorial africana. A multiplicidade e a diversidade, típicas do continente, foram ridicularizadas, homogeneizadas, além da tentativa de apagamento dos costumes e modos de ser locais, conforme ocorreu com os povos indígenas da América Latina. Isso torna mais do que necessária a escrita da História dos povos africanos e a rasura da visão colonialista; rasura, não apagamento, pois, como destaca Mia Couto (2002), o continente africano fez-se de miscigenações que não foram, absolutamente, harmônicas e pacíficas; todavia, responsáveis por sua riqueza e também por mutilações.

Com a retomada da História autóctone, crava-se o desejo dos autores africanos de encontrar heróis, personagens e gerações, sendo uma delas – aquela que lutou pela independência – dissecada em *A geração da utopia*, obra publicada em 1992. Sem História, um país teoricamente não tem identidade nem passado, ainda que a historiogra-

fia seja ponto de vista daquele que a escreve e, assim, muitas vezes, representa um local social. Sem essa não há perspectiva alguma independentemente dos usos ideológicos possíveis de serem realizados com base na escrita da História. Tem-se um vazio, por isso igualmente necessária é a compreensão do desejo de nações por narrativas fundadoras, por sedimentação de origens quer historiográficas, quer literárias – sem levar em conta, claro, a diáfana película que separa uma da outra, tão debatida por pensadores como Hayden White e Frank Ankersmit – e, nesse sentido, retomarmos a intenção dos romances românticos históricos.

Esse panorama explicita a vontade dos combatentes de escreverem, como referido, ainda que breve, a História de Angola, haja vista que: “A dominação colonial criou grande parte do passado e da tradição africana” (COUTO, 2005, p.62) – criou um passado para rebaixá-lo e, assim, dominá-lo aspirando a exterminá-lo. Montesquieu, em *O espírito das leis*, para valorizar democracia e monarquia, por exemplo, rebaixa supostas formas de governo encontráveis em África e as qualifica como despotismo. “A Europa identificava em si valores positivos, como civilização, evolução e liberdade, enquanto representava a África e a Ásia como o seu contrário, o lugar do barbarismo, do medo e da servidão” (MATTOS, MEIHEY; PARADA, 2013, p.11).

Se há Vasco da Gama, há também a rainha Ginga – ficcionalizada pelo escritor angolano José Eduardo Agualusa e que aparece igualmente em *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*, de Pepetela. Se há Diogo Cão, há também Ngungunhane – último rei de Gaza, recriado literariamente por Mia Couto, na trilogia *As areias do imperador*, a oferecer resistência ao procedimento colonialista. Quatro heróis, quatro figuras históricas, cada uma ostentando um conjunto de valores, por conseguinte, contravalores, discursos e contradiscursos. O nó da questão manifesta que a narrativa de dois povos, pensando apenas em Portugal e Angola, mas, claro, sendo possível aumentar o olhar para dois continentes, foi construída com personagens dos dois lados.

Valendo-se de crítica social e utilizando da História, o conjunto literário pepeteliano constrói um grande “mapa”, um significativo panorama, visto que o desejo de decifrar uma sociedade e percursos psíquicos, sociais e históricos delimitam um dos aspectos mais significativos da poética do escritor. A recolha histórica, por consequência, temática, recupera o período mercantilista, colonial, assim como os anos pós-independência. O desbravamento de espíritos alia-se à perquirição histórica para, assim, chegar à possível identificação das diversas consciências históricas, afinal de contas, colonial, anticolonial e pós-colonial são diferentes modos de leitura da realidade, logo, de representação desta.

Publicado em 1984, *Yaka*, narrativa da família do colono Alexandre Semedo, vai de 1890 até 1975; *Geração da Utopia*, de 1961 até 1991. *Mayombe* trata dos anos da guerra de independência, sendo este “um romance em que a personagem principal, um líder guerrilheiro, o Comandante Sem Medo [...] leva por diante o seu trabalho no meio de grandes e compreensíveis dificuldades, agravadas pela corrupção interna, o tribalismo, o racismo, o oportunismo” (LARANJEIRA, 1995, p.145). Publicado em

1997, *A gloriosa família*: o tempo dos flamengos dissecar o século XVII, especificamente, os anos entre 1642 e 1648, a partir da presença holandesa representada pela família do traficante de escravos Baltazar Van Dum. *Lueij, o nascimento de um império*, obra foi finalizada em 1988, volta, ao que tudo indica, ao século XV, bem como projeta um possível futuro.

As datas são significativas. Em 1890, Inglaterra exige de Portugal os territórios entre Angola e Moçambique. O episódio ficou conhecido como ultimato britânico. A pressão inglesa sobre Portugal, desde que esse propôs o mapa cor-de-rosa, isto é, a divisão do território africano, na Conferência de Berlim, chegava ao ápice. Com a intensificação da pressão inglesa e o interesse dessa pelos territórios africanos, modifica-se o sentido imperial de ocupação histórica para o imperialista de ocupação efetiva, consequentemente, a agressividade colonialista intensifica-se a partir da última década do século XIX. 1961 marca o início da guerra de independência, em Angola, e a criação do MPLA. Em 1975, Angola torna-se independente em 11 de novembro após o político e poeta Agostinho Neto, do MPLA, assim declará-la. Nesse mesmo ano, começa a guerra civil, conforme este trecho assinala: “Regressou [Aníbal] em 1975, em plena guerra contra os outros partidos” (PEPETELA, 2013, p.239). Em 1991, acontece a primeira tentativa de paz entre MPLA e UNITA para acabar com a guerra civil, o que só viria a ocorrer, em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, chefe da UNITA.

Esses poucos dados demonstram a forma como o autor angolano almeja, ao escrever as histórias de seu país, entender o mosaico de cores, sabores, bem como paradoxos e desencantos que o qualificam. Igualmente esses elementos mostram que a luta pela independência não é apenas armada, mas também epistêmica e cultural visto ser necessário o apagamento das “histórias únicas”, no caso em questão, apenas a portuguesa, para energizar narrativas e personagens outros. A trajetória colonialista assenta África, sua cultura, seus povos e sua história como ponto cego, enquanto os valores europeus são iluminados.

Nesse contexto, a CEI (Casa dos Estudantes do Império), criada em 1944, no Estado Novo português, denota a arrogância dos governantes europeus em colonizar espíritos. Estudantes africanos iam para a metrópole graduar-se, mas, principalmente, para adotarem, segundo a perspectiva colonialista, a consciência do Estado Novo e, assim, quando terminassem o curso superior e voltassem aos territórios africanos ajudariam na sedimentação do pensamento colonialista e, desse modo, deveriam ser “gratos” a Portugal pela educação recebida. Todavia, o que ocorre distancia-se profundamente dos desejos de Salazar. Muitos dos movimentos de independência, como o MPLA, nasceram depois do contato de alunos africanos com o pensamento marxista e da negritude que circulavam pela Europa, principalmente, via França, da década de quarenta, cinquenta e sessenta.

Conforme destacado por Pires Laranjeira (1995, p.144), Pepetela foi um desses estudantes da hoje mítica CEI e por ela inicia o percurso das personagens de *A geração da utopia*, sendo essa escolha composicional coerente com a configuração histórica do

processo de independência angolano, bem como permite o reconhecimento de certa veia autobiográfica no subsolo do discurso literário de 1992.

“A casa (1961)”, espaço da primeira das quatro partes de *A geração da utopia*, configura-se como a radiografia daqueles estudantes que guerrearão pela independência, processo descrito na segunda parte do romance “A chana (1972)”, e que chegariam ao poder em 1975. A primeira parte esmiúça a sedimentação dos alicerces epistêmicos daqueles que deveriam sustentar, de forma mais inclusiva, igualitária, democrática a casa Angola pós-independência, mas que, após picados pela serpente do poder, ajudaram a piorar a situações da população angolana apartada do poder, conforme descrito nas duas últimas seções, respectivamente, “O polvo (Abril de 1982)” e “O templo (a partir de julho de 1991)”.

É interessante notar espaços e tempo demarcados claramente pelo autor. Os motivos históricos são óbvios, mas a realidade sócio-histórica da última parte resulta dos desvios da virtude da primeira, logo, da mudança de postura das personagens na década de sessenta para a de noventa. Igualmente singular é a compreensão de que a opção pelo discurso direto, empregado em parte significativa do romance, demonstra que palavras são ocas frente às atitudes operadas por diferentes personagens como Elias, Vítor/Mundial e até mesmo Aníbal/Sábio, todos eles estudantes da CEI e personagens de *A geração da utopia*.

A geração a que o título do romance pepeteliano refere-se demarca, portanto, tanto esse grupo de estudantes responsável pelo destino de Angola a partir da década de sessenta, quanto a criação, o constructo discursivo representativo de leituras da realidade por ideais suprassensíveis, visando a objetivos específicos atingíveis se as condutas de todos forem coerentes, em um futuro que se plasma ideal e perfeito. Grandes sistemas interpretativos, quer políticossociais, quer religiosos, foram construídos com base nessa perspectiva. A utopia pede, de certa uma forma, um ideário coletivo adotado por um conjunto de pessoas, ou seja, necessita-se sair da teoria para a prática. O problema está em que um conjunto de pessoas que pode ascender ao poder normalmente enxerga a sua leitura do mundo como a única válida. Neste trecho, sinteticamente temos os ideais da geração da utopia:

E de qualquer modo tinham um vasto terreno comum, o ódio à ditadura de Salazar e a esperança na independência das colónias. Opunham-se nos métodos e maneiras de prever a sociedade futura. Uma sociedade onde o Estado ia abolir as classes, segundo Aníbal, uma sociedade sem Estado pois este tendia a ser o manto sob o qual novas classes se criariam, segundo Marta. (PEPETELA, 2013, p.86).

Aqui convém retomar *Utopia*, de Thomas More – obra que, em 2016, completou 500 anos. Utopia é uma ilha, ou seja, um espaço ideal atingível descrito pelo fictício navegador português Rafael Hitlodeu. Consoante com essa ideia, vale destacar estas palavras de Michel Foucault (2007, p.XIII): “As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem ci-

dades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico”.

Na década de sessenta do século vinte, a geração da utopia vê-se como base em um idealismo portador de promessas capazes de construir um território ideal em sua plenitude. A embrionária Angola independente constitui esse espaço utópico, ideal erguido valendo-se dos fundamentos disseminados na CEI. Aníbal configura-se como o ápice do sentimento. Isso sobremodo está magistralmente expresso nesta analítica fala, em discurso direito, de Aníbal, retirada do diálogo deste com Sara, na terceira parte do romance dedicada à reclusão e à amargura dele, quando o espaço utópico angolano escorre pelas mãos dos dirigentes da geração da utopia, como Vítor/Mundial, que assumem o poder pós-1975:

– Isso de utopia é verdade. Costumo pensar que a nossa geração deveria chamar a geração da utopia. Tu, eu, o Laurindo, o Vítor antes, para só falar dos que conhecestes. Mas tantos outros, vindos antes ou depois, todos nós a um momento dado éramos e queríamos fazer uma coisa diferente. Pensávamos que íamos construir uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamento, o paraíso dos cristãos em suma. A um momento dado, mesmo que muito breve nalguns casos, fomos puros, desinteressados, só pensando no novo e lutando por ele. E depois... tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder. Quando as pessoas se aperceberam que mais cedo ou mais tarde era inevitável chegarem ao poder. Cada um começou a preparar as bases de lançamento para esse poder, a defender posições particulares, egoístas. A utopia morreu. E hoje cheira mal, como qualquer corpo em putrefação. Dela só restou um discurso vazio. (PEPE-TELA, 2013, p.245 e 246).

Notemos como, por intermédio da fala de Aníbal, a utopia é dada como morta; no entanto, o epílogo do romance a vê mais como maltratada, perdida, o que não a impede de cheirar mal, sendo assim precisamos pensar em como as personagens atuam para soterrar esse território ideal. A ideologia configura-se como uma leitura (interessada?) do plano sensível. Nessa ordem de ideias, argumenta Leyla Perrone-Moisés (1992, p.22): “Falar em ideologia é sempre tarefa ariscada, porque ninguém pode vangloriar-se de estar fora dela”. Seres são formados por conceitos e estes dão sentido ao mundo sensível e suprassensível. Como entender Deus, economia, realidade, justiça, direito, honra, polidez, perdão, amor, história, por exemplo, sem um conjunto de julgamentos do que é, pode ser ou não é cada um desses elementos. Porém, seres diversos podem ou não compartilhar as mesmas apreciações e leituras existenciais; por exemplo, a ideologia cristã cobra determinadas condutas, certos códigos éticos para que o paraíso seja alcançado.

Ideologia – conceito polissêmico, de difícil definição – liga-se à atuação, à conduta, logo, à moralidade, à ética, ao modo como sujeitos se portam com base nos ideais que o guiam e com eles interagem com os outros; ideais ancorados em contextos sócio-históricos específicos. Como afirma sintomaticamente e sinteticamente o narrador da obra publicada em 1992: “As circunstâncias fazem mudar um homem” (PEPE-

TELA, 2013, p.175) – mudar tanto para melhor, quanto para pior. Ideais, em *A geração da utopia*, expostos pela predileção do discurso direto, do diálogo entre as personagens. Essa escolha estrutural faz com que elas se apresentem praticamente sem mediação do narrador onisciente e exatamente por isso a alteração dos comportamentos produz importantes efeitos analíticos e críticos. As personagens de *A geração da utopia* revelam-se pela sua fala, mas o que realmente constrói o caráter delas são suas práxis, ações. As contradições não se fazem ver pela voz de um narrador intruso, mas sim pela boca e posturas dos seres ficcionais.

A ideologia pode gerar discursos responsáveis por construir realidades utópicas para uns e alcançáveis para outros; todavia, quando os crentes, ou melhor, os utópicos tornam-se descrentes, como é o caso de Aníbal, condutas precisam ser esmiúças e Pepetela realiza esse movimento magistralmente na obra de 1992. Conforme argumenta Pires Laranjeira (1995, p.147), *A geração da utopia* “é o romance amargurado da distância entre a esperança de uma sociedade e um homem novos e a realidade da guerra, da morte e da miséria”. Os dedos do autor viram não apenas para os Europeus e seus conceitos, responsáveis em grande parte pela degradação do solo africano, mas também para os dirigentes que recebem apoio do povo angolano, logo, cumpre pensar o valor semântico da escolha pelo difuso.

Nessa perspectiva, é de grande valia a afirmação de Peter Sloterdijk (2012, p.12; grifos nossos) de que “saber é poder”, cujo foco posiciona-se “por trás da *politização inevitável do pensamento*. Quem a enuncia revela, por um lado, a verdade. Todavia, ao exprimi-la, quer alcançar ao mesmo tempo mais do que a verdade: ele quer intervir no jogo de poder”. Intervir no jogo de poder pela definição de saberes, consequentemente, de possíveis verdades, revela que os jogos de poder alteram condutas pela mudança de percepção do sensível. Quem demarca saberes, delimita verdades, portanto, define o “certo”.

O fragmento citado retoma similarmente a lógica da valorização, no processo colonialista, da História e valores europeus e o apagamento da autóctone. Igualmente ganha destaque como a realidade é lida com base em saberes/conceitos criados muitas vezes distantes da realidade sócio-histórica de um povo, mas utilizados nela como imperativo. Um conjunto de axiomas preconceituosos, mas revestidos de suposta cientificidade civilizatória, gerado em França, Inglaterra, Alemanha, entre outros, foi levantado para subalternizar negros e aceito, grande parte das vezes, sem contestação, assim como ocorreu em movimentos políticos de diferentes matizes autoritários. Muitas vezes, os melhores desejos construíram as piores atrocidades. A história ocidental mostra que homens embebidos de valores, de certezas, podem realizar atrocidades. “Assim eram os heróis anônimos que arriscavam a vida todos os dias para combater a ditadura. Com o fim de criarem uma outra pior, diria Malongo, o descrente. Também Marta” (PEPETELA, 2013, p.88).

O romance de 1992 solicita um tipo de postura extremamente complexa, talvez a maior utopia de todas; pede aos homens que de fato questionem sua camada interna,

isto é, olhem a si mesmo, seus valores, seus conceitos, sua constituição psíquica e indagam todos esses aspectos à medida que indagam se realmente aquilo que os move pode estar errado. Isso clama por uma consciência menos partidária, pede um olhar capaz de pôr em xeque imperativos categóricos e a forma de cada um ler o mundo. Um homem que não mais crê, de forma peremptória, nos seus valores passa a ser o que o mundo precisa. Aqueles capazes de se interrogarem, de relativizarem os seus próprios saberes e verdades estão, conseqüentemente, mais aptos a não desenvolver cegueiras cognitivas de qualquer ordem e talvez melhor enxergar o outro. Frisa-se: interrogar a forma de ler o mundo não significa abandonar princípios, Pepetela não o faz de forma alguma, mas sim compreende a necessidade da autorrelação e autoavaliação.

A “pulverização de vozes e perspectivas”, destacada por Inocência Mata (2009, p.201), estruturante do romance pepeteliano, mostra que a multivisão deve impedir a construção *da* visão determinante, correta. O multívoco deve acentuar divergências e diversidades, na perspectiva de Rita Chaves (2009, p.126), visto que “o ponto de vista narrativo [em *Mayombe*] constrói-se com base num processo de relativização que não poupa os chamados ‘bons sentimentos’ e trabalha o conflito como um elemento positivo mesmo na condução de um projeto coletivo”. Em razão disso, Mía Couto (2002, p.63) assinala que o escritor, como o faz Pepetela, precisa desafiar “os fundamentos do próprio pensamento. Ele vai mais longe do que desafiar os limites do politicamente correcto. Ele subverte os próprios critérios que definem o que é certo, ele questiona os limites da razão”. Perscrutar o “próprio pensamento” significa aceitar a alteração de conceitos e de representações da camada inteligível de cada um ao passo que pressiona o estabelecido quer como bom, quer como mau, ou seja, provoca os limites do correto até mesmo do politicamente correto.

A referida estudiosa toca em outro aspecto importante da cosmovisão do autor angolano, qual seja: “Pepetela abre-se claramente ao mundo ocidental na referência aos valores gregos, assumindo Angola como um terreno mestiço, onde se cruzam matrizes culturais muito diversidades” (CHAVES, 2009, p.131). O fragmento nos permite indagar se, nessa valorização da cultura clássica, o pensamento cético e o cínico não se fazem presentes, tomando como eixo essa postura de relativização exigida pelo autor angolano em textos literários como *Mayombe* e *A geração da utopia*. Vale destacar, inclusive, que na hibridização de culturas, o espaço especial dado à clássica e o inferior à africana altera-se.

Com essa postura, mostra-se que o que vale na Grécia vale igualmente em África e vice-versa, logo, esta insere-se na cultura global e sua lógica epistêmica, tão inferiorizada ao longo dos séculos, é tão poderosa quanto a de qualquer lugar. A descolonização dos espíritos passa pela mescla de culturas e apagamento de barreiras; no entanto, a postura relativista, de base cética, questiona se o homem consegue realmente aprender algo com narrativas pretéritas. Notemos como essa questão ganha corpo através deste importante diálogo entre Sara, idealista estudante de medicina, fiel aos seus conceitos, e Marta, primeira a falar no excerto abaixo, possivelmente, a representação da descen-

ça, mas não da apatia, voz cética, crítica e necessária, já na década de sessenta do século vinte, período de forte idealismo:

– Se não morrer, o que se enquadra melhor com sua maneira de ser, vai desiludir-se. A tal revolução que tem à frente não vai ser como ele [Aníbal] a imagina. Nunca nenhuma é como os sonhos dos sonhadores. É um sonhador, apesar de toda a sua linguagem rigorosa de comunista. Acaba por ter ideias mais libertárias que as minhas, que ele chamava de anarquista. As revoluções são para libertar, e libertam quando têm sucesso. Mas por um instante apenas. No instante a seguir se esgotam. E tornam-se cadáveres putrefatos que os ditos revolucionários carregam às costas toda a vida.

– Falaste-lhe assim?

– Claro. Riu daquela forma paternalista que têm os iluminados, os que detêm a verdade. Como se eu fosse uma criança engraçada. Não me ofendi, nada nele me ofendia. Mas discutimos muito. Disse-lhe que a Revolução Francesa acabou no terror e Napoleão e que a bolchevista termino logo no estalinismo, mesmo antes de Stálin ser o patrão. Procurou rebater, é muito forte em argumentos históricos. Mas lá no fundo ficou tocado, senti. Porque é um sonhador, um utópico. Pior que eu. Ou morre ou se desilude, não tem outra alternativa.

– Em Angola será diferente.

– Falas como ele. Os iluminados dizem sempre que a experiência não descambará como as outras. Não ousam afirmar, porque são ou querem parecer modestos, mas pensam assim: se eu acredito nisto, por que não se há de realizar como imagino? E parte os cornos, sempre, sempre... São aliás feitos para isso, para partir os cornos.

Sara levantou-se. Já conhecia as ideias de Marta sobre a inelutabilidade de os processos políticos se burocratarem e acabarem num sistema opressivo criado por eles próprios. (PEPETELA, 2013, p.131)

O trecho supracitado é de uma ironia cortante, visto tanto da perspectiva do desenrolar da trama nas partes subsequentes, quanto da própria História angolana. O olhar cético, mergulhado de dúvidas, permite menos certezas. Se a geração da utopia, aquela que assume o poder pós-75, tivesse se questionado sobre a força das suas narrativas legitimadoras, sobre os valores que os guiavam alguns rumos poderiam ser diferentes, mas aí caímos no futuro do pretérito. Aqui está uma substância significativo da cosmovisão pepeteliana: a necessidade da dúvida, do questionamento, de negação dos imperativos categóricos moventes dos seres. O ponto de viragem ancora-se na identificação de que não existe uma consciência privilegiada e sem ideologia capaz de enxergar o sentido da História, a razão última.

O percurso de Aníbal evidencia isso e, nesse sentido, as personagens de *A geração da utopia* funcionam como paradigmas das dinâmicas de poder encontráveis em Angola. Vítor/Mundial, mimetização do político, enquanto Malongo representa o empresário, o lobista. Eis a imagem de Angola liberta erguida pelos interesses neoliberais e a tecnoburocracia socialista. Duas formas de explorar a terra e empobrecer o povo assolado pela guerra civil, mutilado por minas terrestres, pela fome e por doenças; povo que prometeu ser ajudado pela geração da utopia – e alguns como Sara ajudaram –, mas profundamente engolido pelos interesses da classe política interessada em olhar a si própria e manter-se no poder. O socialismo de palanque, de café, conforme visto por Marta, não chega à prática, assim como a democracia plena.

Nesse contexto, sobra a religião, discutida na quarta seção do romance, como criação de outro espaço utópico, outra metafísica capaz de oferecer plenitude e confortos aos seres assolados pela realidade de guerra e de miséria; povo soterrado por interesses particular de empresários internacionais e políticos locais. O desencanto intensifica-se, pois, a religião igualmente passa a ser ocupada por discursos ociosos e tem a presença velada e interesseira de Vítor e Malongo.

Em *A geração da utopia*, as reflexões de Frantz Fanon, importante nome dos estudos culturais, autor de *Os condenados da terra* e *Pele negra, máscaras brancas*, aparece via Elias, estudante protestante, de visões extremistas que, no fim do romance, funda uma religião, em Angola, chamada de Igreja da Esperança e Alegria do Dominus para, junto de Malongo e Vítor/Mundial, explorar o povo angolano, como exemplifica este excerto do romance: “[...] todos falam do povo, mas ninguém pensa nele. O povo é como o tronco de uma árvore. Todos se apoiam a ele, sobem por ele, para apanhar os frutos que estão lá em cima. Não é o povo que lhes interessa. São só os frutos” (PEPETELA, 2013, p.212). Vítor, Malongo e Elias, três percursos, três trajetórias, três desvios.

O exame das quatro décadas finais do século XX, responsáveis por reconfigurar a História angolana, mimetiza a caminha da utopia a descrença, mas não ao abandono da crença, visto que a última parte foca na fé como a possibilidade de redenção à medida que a AIDS avançava drasticamente no continente africano.

Com as crises económicas, com a perda da utopia da liberdade política, com o fim do inimigo que estava do outro lado da guerra fria, com a dívida externa que tira qualquer possibilidade de desenvolvimento aos nossos países, os jovens desempregados e sem instrução, a delinquência e inseguranças galopantes, tudo isso leva as pessoas a verem a religião como a única salvação. (PEPETELA, 2013, p.349).

Malongo sempre se mostrou desinteressado da política e focalizou seus interesses pessoais. Nesse sentido é uma personagem mais coerente com seu conjunto de conceitos do que, por exemplo, Elias e até mesmo Aníbal, que, mesmo sem mudar de postura em relação aos seus ideais, este torna-se amargo e descrente do processo político. Por outro lado, alguns aproveitam o status conquistado, como Vítor/Mundial, à medida que enterram o ideário que o movimentam, outros, adaptando-se às condições, como faz Sara, ainda buscando uma forma de melhorar a realidade social, enquanto alguns de grande protagonismo na década de sessenta e setenta, como Aníbal/Sábio, não encantados pelas benesses do poder, caem em profunda descrença e, assim, em reclusão, em distância. O espaço para o pecado, para a pequenez humana é maior do que o da virtude, essencialmente silenciosa, como assim o é o recluso Aníbal, em 1982.

Existem sentidos e muitas vezes ausências de explicações. Voltar-se para a História representa o desejo de entendimento de uma formação, mas o entendimento escapa, logo, cai-se na multiplicidade. Precisa-se ter isso em mente ao longo da leitura de uma obra como *A geração da utopia*, em que acontecimentos recentes dinamizam a narrativa e a embebe de possibilidades semânticas e redes de afetos. Retomando mean-

ros atuais busca-se desanuviar e, assim, encontrar a possível coerência para as ações das personagens do romance e das históricas responsáveis por uma realidade de desencantos. Coerência que, como mostra José Rivair Macedo (2015, p.168), não esteve presente nas atitudes da nova classe política que, ao subir ao poder, adota práticas semelhantes às criticadas.

Em síntese, as elites militares e civis que se tornaram detentoras do poder procuravam justificar suas escolhas baseando-se em argumentos similares àqueles apresentados em todos os regimes autoritários: a sociedade de seus respectivos países ainda não estaria preparada para compartilhar o poder; a ausência de classes sociais e de antagonismos de classe tornariam inúteis as competições entre vários partidos; as restrições de direito seriam uma maneira de assegurar o mais rapidamente possível o desenvolvimento econômico. Para criar a nação, os governos não hesitavam em fundir grupos étnicos diversos num mesmo território, resultantes das fronteiras artificiais da colonização, eliminando desse modo as disparidades regionais e promovendo uma união nacional superficial.

A história angolana pós-1975 revela que “a propagada liberdade e justiça para todos são substituídas por clientelismo, pequena corrupção e nepotismo” (MATA, 2009, p.192). Todavia, antes de a utopia dar espaço a desencantos, os heróis são necessários, quer como sinônimo de personagens, quer como os “bastiões” de narrativas históricas e, nessa perspectiva, a geração dos estudantes africanos na CEI representa esse ideário expresso nesta colocação, em discurso direto, feita pela personagem Orlando, namorado de Judite, filha de Sara e Malongo: “– Como uma geração faz uma luta gloriosa pela independência e a destrói ela própria” (PEPETELA, 2013, p.368 e 369).

O pensamento anticolonial aspirava a fazer com que de uma delimitação geopolítica criada por europeus nascesse um país africano pleno, digno, igualitário, mas os fatos pós-independência, responsáveis por desencantos diversos, por acentuações de condições econômicas e sociais distintas, demonstram o falhanço do roteiro a ser cumprido posteriormente por parte dos membros da geração da utopia mordidos pela serpente do poder, como este trecho do romance demonstra: “Um povo tão digno tornado mendigo... [...] quisemos fazer desta terra um País em África, afinal apenas fizemos mais um país africano” (PEPETELA, 2013, p.359).

Essas palavras de desencanto nascem da queda dos heróis da geração da utopia, ou melhor, da percepção da humanidade deles a ponto de evidenciar a “igualdade de boca” (PEPETELA, 2013, p.173), ou seja, a retórica oca e mutável de muitos membros da geração da utopia que assumiram o protagonismo políticos após a independência, como a personagem Vítor/Mundial. Coaduna-se com essa apreensão outra de igual intensidade: “O homem sim, é o maior predador de si próprio” (PEPETELA, 2013, p.235).

Concomitante a isso, Benjamin Abdala Júnior (2009, p.173) argumenta que os heróis pepetelianos “são paradigmas que não se circunscrevem apenas a Angola. Apresentam na verdade modelos de condutas extensíveis à condição humana – um paradigma do homem em geral em sua história e no seu impulso de transformação”. Nesse

sentido, as personagens de Pepetela reproduzem a condição existencial e nesta está a baixaza, o orgulho, o interesse, a mesquinhez, a vontade de poder. Igualmente importante são estas palavras de Pires Laranjeira (1995, p. 145):

Pepetela atrevia-se assim a questionar a construção de imagens de heróis monolíticos, aplicando à ficção a fecundidade da dúvida sistemática, como quando insinua, através de Sem Medo, que o poder da guerrilha de libertação nacional já transporta em si o ovo da serpente do poder que, após o triunfo, dominará o povo que ajudou a libertar.

Os espaços maravilhosos criados pelas utopias são soterrados pela força da humanidade dos heróis. Isso, sobremodo, não é fácil de aceitar, uma vez que ideologias são narrativas legitimadoras, porém quando estas são questionadas, nega-se a autenticidade dela enquanto fomentadora de novos paraísos e de sentido para muitas existências. Quando o espaço Angola deixa de ser o país africano almejado para tornar-se mais um país africano pelas mãos daqueles que foram conduzidos ao poder pela guerra e depois ajudaram a construir outra, no caso, a civil, bem como pelos interesses sub-reptícios quer de Cuba e União Soviética, quer dos Estados Unidos e da Inglaterra.

*A geração da utopia* ganha força ao quebrar como uma casualista simplista. O mundo não se resume a síntese dialética entre duas possibilidades. O humano, com suas redes de afetos, dificulta explicações binárias e peremptórias à proporção que a ausência de explicações lógicas para os fatos é apontada, visto que não há a verdade oculta na e da História e nem que esta caminha de maneira ascendente. A sedução do poder e do dinheiro encantam Vítor, mas não Aníbal. Por quê? Ambos foram esculpidos no mesmo espaço e pelo mesmo barro ideológico. Não existe uma norma existencial transformada em imperativo. Aníbal não aceita as benesses do poder; no entanto, é corroído pelo rancor, pela descrença até mesmo pela raiva, como a terceira parte, dedicada a ele, representa magistralmente. Como entender a maneira que os afetos agem?

O apagamento de relações binárias faz com que as personagens do romance angolano lancem ao leitor uma cadeia de perguntas cujas respostas não são audíveis à proporção que reafirmam a moralidade e o interesse por trás de práticas distintas, visto que não há prática ideológica sem sujeito. As condutas que movem o ideário da década de 1960 discrepam daquelas das décadas de 1980 e 1990, mas os atores são os mesmos. Nesse aspecto, o ficcionista angolano pode ser visto como investigador da moral quando utiliza principalmente a história contemporânea, mas também a passada. O colonialismo é um tipo de leitura do mundo que conduz a um tipo de ação. A geração da utopia denota determinada episteme que leva a um tipo de moralidade, portanto, a um fazer, um agir que, no caso de personagens como Elías e Vítor, distancia-se do defendido outrora. Sendo assim, a moralidade dessas personagens está presa a contextos psíquicos, histórico e sociais mutáveis iguais elas.

A consciência do presente pede a revisão do pretérito, principalmente porque o “passado de quimeras [...] trouxe este presente [1981] absurdo” (PEPETELA, 2013,

p.234). Os fatos pós-independência, as guerras civis, a corrupção, os preconceitos e ódios entre grupos étnicos distintos fazem com que o sonho de uma Angola justa, igualitária e democrática caia em por terra e, assim, ganha forma o movimento do utópico ao descrente; não distópico, como o epílogo da obra esclarece: “Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma estória que começa por portanto” (PEPETELA, 2013, p.385). Desencanto ou desencanta, mas que pode ser “reencantado”, reanimado. A esperança não foi morta apenas está encoberta pelas capas da humanidade dos seres. O “portanto”, que abre e conclui o romance, denota o fechamento, a conclusão de uma geração importante responsável por iniciar o processo de emancipação política, logo, de transformações sociais quer para o bem, quer para o mal, mas que falhou, grande parte, em seus princípios éticos.

Precisa-se fechar uma geração, conclui-la para dar espaço a seguinte. A utopia pode estar em outra – a de Judite – ou talvez na crença na capacidade de alguns poucos homens de buscarem melhorias coletivas além do interesse pessoal, inclusive, que esses poucos realmente consigam sobrepor os interesses coletivos aos individuais. Benjamin Abdala Júnior (2009, p.171) enxerga parte da literatura do autor angolano demarcada pela “ascensão e queda” de utopias e, assim, qualificada pelo “desencanto pós-colonial” (MATA, 2009, p.205), bem como por uma perspectiva antiépica, por conseguinte, por heróis antiépicos.

[...] é essa consciência histórica que leva a que a obra romanesca de Pepetela funciona com uma *lógica antiépica* que acaba por referenciar os ideais agnósticos da revolução e do espírito nacionalista animado pela imaginação utópica, ideais construídos sobre uma mística do heroico e do épico. São por isso significativos a urdidura da trama e o dispositivo textual da lógica antiépica da novelística de Pepetela. (MATA, 2009, p.202; grifos nossos).

O ponto de viragem da consciência crítica novamente prende-se à percepção de que os heróis, digamos assim, épicos são imperfeitos, falíveis, humanos, logo, movidos por interesses, jogos e vontade de poder. Homens, com suas falhas, não semideuses ou até mesmos deuses, são responsáveis por sistemas políticos quer, caindo em grosseiro reducionismo, de direita, quer de esquerda. Imperfeições analisadas, esmiuçadas por Pepetela, que não tem medo de tocar em feridas, inclusive, as recentes à medida que foge de perspectivas pré-determinadas.

Ao valorizar percursos, condutas, um dos intuitos do escritor é, conforme destacado, avaliar moralidades a ponto de escrever um romance visto como o “manifesto do puro desencanto” fundamentado em “um presente cuja complexidade o tem tornado colectivamente trágico” (MATA, 2009, p.193). Em função disso, é necessário retomar o sentido clássico do herói épico como aquele que representa e traz em si os valores e a verdade de um povo. Esse posto, que deveria ser ocupado pela geração da utopia, continua vago pelas ações e, por conseguinte, pela história produzida por ela, quando essa ascende ao poder, em 1975. No importante ensaio “Que África escreve o escritor africano?”, Mia Couto (2009, p.63) finaliza:

Passamos por um período em que os nossos heróis acabaram sempre mortos – Eduardo Mondlane, Samora Machel, Carlos Cardoso – para um outro tempo em que os heróis já nem sequer nascem. [...] O que queremos e sonhamos é uma pátria e um continente que já não precisem de heróis.

Há pontos em análise imbricados nessa sentença: heróis épicos foram responsáveis pela colonização e subjugação da África, eis um ponto; outro é que quando uma pátria não precisa mais de heróis é porque essa idealisticamente atingiu nível pleno de igualdade, por isso o uso dos verbos querer e sonhar para sublinhar ainda um possível processo; por fim, em leitura mais desencantada alinhada à história contemporânea de muitos países africanos, como o caso de Angola, é que os homens que se colocaram como grandes portadores da verdade e da voz coletiva, ou seja, os heróis épicos da nação angolana, foram esmagados por sua humanidade a ponto de perderem o posto, daí o destaque dado ao aspecto antiépico de parte da obra pepeteliana, consoante a perspectiva crítica de Inocência Mata (2009). Aníbal, principal candidato a ocupar o espaço de herói épico da geração da utopia, tem seu percurso estraçalhado pelas condutas dos seus companheiros.

Esmigalhar heróis épicos e valores contundentemente é atitude corajosa tomada pelo escritor. Pepetela constrói a necessária narrativa de uma nação, relativiza condutas à medida que humaniza heróis teoricamente infalíveis. Eis a força de um olhar permeados de desencantos, de descrenças, de “portantos”, mas ainda de possibilidades e talvez aí esteja a semente da utopia deixada em estado germinal, mas plantada pela geração da utopia para além de suas condutas.

**Resumo:** Objetiva-se investigar como o conjunto das personagens de *A geração da utopia*, do escritor angolano Pepetela, revela diferentes facetas e vozes características do contexto colonial e pós-colonial de Angola, um dos cinco países africanos falantes da língua portuguesa. Por meio da pluralidade de perspectivas levantadas tanto pelas falas das personagens em discurso direto, quanto em indireto livre, pretende-se evidenciar o movimento reflexivo que parte da utopia à descrença enquanto qualificador dos itinerários das personagens do romance publicado em 1992. Averigua-se esse caminho por intermédio da constatação da mudança de valores, condutas e ações das personagens dessa obra pepeteliana ao longo das qua-

tro últimas décadas do século XX, demarcação temporal privilegiada no romance em foco. Em função disso, as relações entre literatura e História são necessárias, assim como a investigação do modo como as personagens focalizadas representam certas transformações das sensibilidades e das ideologias ocorridas ao longo de quarenta anos e, de certa maneira, conotativas de alguns dos desdobramentos da sociedade angolana.

**Palavras-chave:** Pepetela; *A geração da utopia*; literatura angolana.

**Abstract:** *The objective of this paper is investigating how the set of characters from A geração da utopia, by the Angolan writer*

*Pepetela, reveals different facets and characteristic voices of the colonial and postcolonial context of Angola, one of the five African countries who speaking the Portuguese language. Through the plurality of perspectives raised by the speeches of the characters in direct speech and in indirect, it is intended to highlight the reflexive movement that departs from utopia to disbelief as a qualifier of the itineraries of the characters of the novel published in 1992. It is verified that way through the verification of the change of values, behaviors and actions of the char-*

*acters of this pepetelian novel throughout the last four decades of the twentieth century, temporal demarcation privileged in the novel in focus. The relations between literature and history are necessary, as is the investigation of the way in which the focused characters represent transformations of the sensitivities and ideologies that have occurred over the course of forty years, and in some ways connotative of some of the unfolding of society Angolan.*

**Keywords:** *Pepetela; A geração da utopia; Angolan literature.*

## REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Notas sobre a utopia, em Pepetela. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania (Orgs.). *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p.171-178.
- BHABHA, Homi K. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.177-203.
- BOAHEN, Adu; SURET-CANALE; Jean. A África Ocidental. In: Vvaa. *História geral da África: África desde 1935*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011. 8 v. (Coleção História geral da África).
- COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MACEDO, Tânia. O desejo de Kianda: um cântico de liberdade. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania (Orgs.). *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p.295-302.
- MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Ficção e História na literatura angolana: o caso de Pepetela*. Lisboa: Colibri, 2012.
- \_\_\_\_\_. Pepetela: a releitura da História entre Gestos de Reconstrução. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania (Orgs.). *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p.191-207.
- MATTOS, Pablo de Oliveira de; MEIHEY, Murilo Sebe Bon; PARADA, Maurício. *História da África contemporânea*. Rio de Janeiro: PUC-RIO; Pallas, 2013.
- PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya, 2013.

- PEPETELA. *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEPETELA. A obra. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania (Orgs.). *Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p.39-46.
- PERRONE-MOISÉS, Leila. *Texto, crítica, escritura*. 2 .ed. São Paulo: Ática, 1993.
- SLOTERDIJK, Peter. *Crítica a razão cínica*. 2. ed. Tradução de Marco Casanova, Paulo Soethe, Maurício Mendonça Cardozo, Pedro Costa Rego e Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação da Liberdade, 2012.